



destaques do mês

Ação da Petrobras cai 10% e Bovespa fecha no menor nível em tres meses

As ações da Petrobras despencaram cerca de 10% na segunda feira, dia 02 de dezembro, levando a Bovespa a fechar a sessão no menor nível em mais de 3 meses, após o reajuste dos combustíveis, anunciado no dia 29 de novembro, ter sido considerado insuficiente para compensar a defasagem em relação aos preços internacionais. A falta de detalhamento do cálculo utilizado pela Companhia para a elevação dos preços também esteve por trás da forte queda dos papéis da Petrobras (02.12.2013 – Folha de São Paulo)

12ª Rodada de Licitações arremata 72 dos 240 blocos ofertados

A 12ª Rodada de Licitações, realizada no dia 28 de novembro, tem investimentos previstos de mais de meio bilhão de Reais, considerando apenas os valores de Programa Exploratório Mínimo (PEM) oferecidos pelos vencedores. Foram arrematados 72 dos 240 blocos ofertados e a arrecadação com bônus de assinatura foi de aproximadamente R\$ 165 milhões. A média de Conteúdo Local oferecido é de 72,6% para a fase de exploração e 84,5% para a de desenvolvimento. A Petrobras arrematou, sozinha ou em consórcio, 49 blocos, sendo 43 como operadora. No total, 12 empresas apresentaram ofertas vencedoras, sendo 8 brasileiras e 4 estrangeiras. As outras vencedoras foram: Alvopetro, Bayar, Companhia Paranaense de Energia, Cowan, GDF Suez, Geopark, Nova Petróleo, Ouro Preto, Petra Energia, Petrobras, Trayectoria e Tucumann. (28/11/2013 - ANP)

Galeão e Confins são arrematados por mais do triplo do valor mínimo

O Governo Federal garantiu uma arrecadação de R\$ 20,8 bilhões nos próximos 25 a 30 anos com a concessão dos aeroportos de Galeão (RJ) e Confins (MG). O valor é 251% superior aos R\$ 5,9 bilhões previstos como lances mínimos para os dois aeroportos somados. A Odebrecht e a Changi, operadora estatal do aeroporto de Cingapura, arremataram o Galeão por R\$ 19 bilhões, 294% acima do preço mínimo. Já Confins saiu com ágio de 66%, por R\$ 1,8 bilhão, para a CCR e os operadores de Zurique e Munique. Em valores nominais, a proposta do Galeão supera o lance vencedor do aeroporto de Guarulhos no ano passado: R\$ 16 bilhões. No entanto, os R\$ 19 bilhões do Galeão serão pagos ao longo de 25 anos, enquanto a concessão de Guarulhos, vencida pela Invepar, dura 20 anos. O presidente da Odebrecht Transport, Paulo Cesena, justificou o valor da proposta: "O que vimos é resultado de anos e anos de estudo. O Rio é o destino mais importante do País e apostamos na capacidade de crescimento do

painel

■ ANTT informa que leilão da BR-040 será em 27/12

O recebimento das propostas dos grupos interessados em participar do leilão da BR-040/DF/GO/MG será no dia 23/12, na BM&FBOVESPA. O leilão está marcado para as 10h desse dia 27/12. Mais informações: www.antt.gov.br

aeroporto para mais de 60 milhões de passageiros ao ano." (23.11.2013 – Folha de São Paulo)

Odebrecht Transport vence leilão da BR-163 (MT) com deságio de 52%

A Odebrecht Transport venceu o leilão de concessão da rodovia BR-163 (MT) ao oferecer uma tarifa de R\$ 0,02638/km, o que representa um deságio de 52%. A tarifa máxima de pedágio estabelecida no leilão era de R\$ 0,055/km. A empresa vencedora terá que investir R\$ 4,6 bilhões ao longo dos 30 anos de concessão da rodovia. Ao justificar o deságio oferecido para o trecho mato-grossense da BR-163, o diretor de rodovias da Odebrecht Transport, Renato Mello, afirmou a jornalistas que o potencial de crescimento da economia do Mato Grosso é maior que o do Brasil. O trecho da BR-163 que foi leiloado possui 850 km de extensão, com início na divisa com o Estado de Mato Grosso do Sul, e término no quilômetro 855, no Mato Grosso. Com esta licitação, o Governo conseguiu encerrar com sucesso o leilão de mais um lote de rodovias, após ter licitado a BR-050 (GO-MG) em setembro, mas fracassar com a BR-262, que não recebeu propostas na ocasião. Para este leilão, sete grupos entregaram propostas. Além da Odebrecht Transport e Triunfo, participaram da disputa CCR, Invepar e Galvão Engenharia, além de dois consórcios liderados por Ecorodovias e Fidens cada um. (27.11.2013 – O Globo)

Governo quer expandir uso de hidrovias

O Plano Hidroviário Estratégico (PHE), lançado em outubro pelo Governo Federal, prevê ampliar o transporte por hidrovias no País dos atuais 25 milhões de toneladas anuais para 120 milhões de toneladas até 2031. Para a execução desse projeto, técnicos do Ministério dos Transportes estimam investimentos de R\$ 17 bilhões até 2024 em melhoramentos em pelo menos 21 mil km de rios que hoje já são navegáveis, além da construção de infraestrutura em mais 3 mil km. A Confederação Nacional do Transporte (CNT), por sua vez, avalia que são necessários investimentos de R\$ 50 bilhões para alcançar esses objetivos. Francisco Luiz Baptista da Costa, Diretor de Planejamento e Política de Transportes, do Ministério, diz que o plano do Governo foi realizado com base em um estudo da consultoria Arcadis Logos e que, no momento, os esforços são para desenvolver os meios necessários para incorporar esse projeto ao planejamento estratégico do Governo a partir de 2014. A ideia é que os investimentos sejam executados pelo Ministério com recursos orçamentários. "As ações ainda dependem de maior atratividade para a iniciativa privada. O Governo Federal disponibilizará a infraestrutura e a iniciativa privada assumirá a operação dos transportes, nos portos fluviais e nas empresas de navegação", diz. (25.11.2013 – Valor Econômico)

EPE prevê 13 mil km de novas linhas de transmissão até 2018

A Empresa de Pesquisa Energética (EPE) enviou para o Ministério de Minas e Energia o Programa de Expansão da Transmissão (PET), que prevê investimentos de R\$ 17,9 bilhões em 13 mil km de novas linhas de transmissão e 39 subestações até 2018. Os projetos incluídos no Programa deverão ser licitados no ano que vem. A EPE passará a publicar duas atualizações por ano

do PET, tendo como objetivo principal dar celeridade ao processo de licitação das obras e mitigar atrasos na implementação das expansões do Sistema Interligado Nacional (SIN). O subsistema Sudeste/Centro-Oeste deverá receber a maior parte das linhas, com 4,3 mil km e investimentos de R\$ 2,2 bilhões; seguido do Sul, com 3,8 mil km e R\$ 3,1 bilhões; Nordeste, com 1,4 km e R\$ 900 milhões; e Norte, com 3,8 mil km e R\$ 9,7 bilhões. Em termos de subestações, o Sudeste/Centro-Oeste deverá ter 9 novas unidades, com investimentos de R\$ 3,1 bilhões; Sul, com 14 subestações e R\$ 2,1 bilhões; Nordeste, com 5 unidades e R\$ 800 milhões; e Norte, com 11 unidades e R\$ 2,2 bilhões.

Dois trechos da Norte-Sul vão a leilão em 2014

O Ministro dos Transportes, César Borges, afirmou que dois trechos da Ferrovia Norte-Sul, com obras em execução pela estatal Valec, serão leiloados em 2014. Segundo ele, os dois trechos totalizam cerca de 1,5 mil km, indo de Palmas/TO a Estrela d'Oeste/SP. O Ministro acredita que o primeiro trecho, de Palmas/TO até Ouro Verde/GO deve ter as obras concluídas pela Valec até o primeiro semestre, viabilizando a licitação na primeira metade do próximo ano. O outro lote da Norte-Sul é o que vai de Ouro Verde/GP até Estrela d'Oeste/SP que, segundo o Ministro, deverá ficar pronto e levado à licitação até o fim de 2014. Estes dois trechos serão concedidos por meio de contrato distinto ao que vem sendo discutidos com o Tribunal de Contas da União (TCU) para as primeiras concessões de ferrovias. "Como as obras da Norte-Sul estão sendo executadas com recursos públicos [Valec], a concessão envolverá um custo bem menor para quem vencer a licitação", explicou César Borges. Neste modelo, que envolve somente a operação da linha, a Valec não precisará comprar o "direito de passagem" da ferrovia. A capacidade de carga será vendida pela Estatal, enquanto a concessionária será remunerada pela operação e manutenção da linha. (26.11.2013 – Valor Econômico)

TCU aponta falhas na fiscalização de concessões

O Tribunal de Contas da União (TCU) traçou um panorama crítico das operações e da estrutura da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). A auditoria, realizada no primeiro semestre deste ano, expõe uma agência frágil, com problemas graves de gestão, falta de padrões e baixa aplicação de recurso. O levantamento, que se baseou em um conjunto de concessões realizadas entre 2007 e 2009 (segunda etapa das concessões), aponta problemas básicos, como a falta de uma avaliação própria de técnicos da Agência para avaliação de desempenho desses contratos, além de precariedade na estrutura de suas regionais, ausência de manuais de fiscalização e capacitação limitada de funcionários. De acordo com o documento, os fiscais da ANTT não dispõem de instrumentos para avaliar o cumprimento de parte dos parâmetros de desempenho estabelecidos no plano anual de fiscalização e, por isso, utilizam os dados apontados pelas concessionárias nos relatórios de monitoramento das rodovias. Outro agravante é a falta de critérios para uso das verbas de fiscalização repassadas para a Agência. Os dados da ANTT apontam que a verba de fiscalização recolhida em 2012 foi de R\$ 71 milhões, mas o valor dos investimentos pela Agência não ultrapassou R\$ 11 milhões. Uma das consequências da fiscalização precária, aponta o relatório, é o alto índice de obras obrigatórias que as concessionárias deixaram de executar nos últimos

anos. Na média, atesta o tribunal, o descumprimento do cronograma de obras chega à cifra de 80% nos últimos anos. A ANTT afirma que a maior parte das determinações feitas pelo TCU já estava em andamento quando a auditoria ocorreu e garante que, atualmente, a maioria das pendências apontadas já foi resolvida. Segundo a ANTT, os balanços mais recentes apontam que as concessionárias têm executado um percentual de obras superior ao previsto em seus cronogramas. (04.12.2013 – Valor Econômico)

Governo dará subsídio para passageiros de rotas regionais em 270 aeroportos do País

Para estimular os voos em 270 aeroportos de pequeno e médio portes do País, que serão turbinados com o programa da aviação regional, o Governo quer oferecer aos passageiros bilhetes por preços semelhante aos das passagens de ônibus. Para isso, será oferecido um subsídio às empresas que quiserem operar rotas, ligando cidades menores aos grandes centros. Segundo o Ministro da Secretaria de Aviação Civil (SAC), Moreira Franco, a proposta prevê subsídios diferenciados por Região, segundo a renda dos moradores e os preços das passagens rodoviárias, que variam entre os estados. Já está certo que o governo vai subsidiar até metade dos assentos da aeronave, no limite de 60 assentos. De acordo com o Ministro, a companhia vai receber o subsídio, tendo como referência o preço que ela estiver cobrando do passageiro. (02.12.2013 – O Globo)

Apesar das chuvas, nível de água nas usinas é baixo

A sensação geral é de que as chuvas têm sido abundantes em novembro. Mas, apesar disso, o nível de água nos reservatórios das usinas hidrelétricas está longe da meta fixada pelo próprio Governo para garantir uma "folga" na operação do sistema elétrico em 2014. A intenção do Governo era encerrar novembro, quando normalmente chega ao fim a temporada de estiagem, com 47% de capacidade nos reservatórios das usinas do Sudeste e Centro-Oeste e com 35% nos do Nordeste. Esses níveis, segundo as autoridades do setor, seriam suficientes para garantir com tranquilidade o abastecimento do País no ano da Copa e das eleições presidenciais, mesmo se o próximo verão for o mais seco da série histórica em oito décadas. No entanto, apesar das chuvas recentes, o nível dos reservatórios se mantinha abaixo do pretendido. No subsistema Sudeste/Centro-Oeste, o armazenamento baixou para 41,5%, embora esteja quase nove pontos percentuais acima do verificado há um ano. No Nordeste, o estoque de água nos reservatórios diminuiu para 22%, nível mais baixo dos últimos dez anos, tendo ultrapassado até o antigo limite mínimo de segurança para a operação do sistema. afirma. Há um ano, quando os reservatórios das usinas do Nordeste marcavam 33,4% de armazenamento, o quadro já preocupava os analistas. Segundo o presidente da consultoria Thymos Energia, João Carlos de Oliveira Mello ainda é cedo para pensar em restrições ao consumo de energia na Região e deve-se esperar pelo menos até meados de janeiro para se ter uma ideia mais clara da hidrologia no verão. Tudo indica, porém, que as usinas térmicas continuarão ligadas nos próximos meses. (27/11/2013 - Valor Econômico)

1. Energia Elétrica

1.1. Previsão para Entrada em Operação de Novos Geradores – Quadro Geral (ANEEL)

Previsão para Entrada em Operação (MW)

de 15 de outubro de 2013 até 31 de dezembro de 2017

Usinas Hidrelétricas (UHE)						
Cenário	2013	2014	2015	2016	2017	Σ
Conservador	859	4.459	3.552	3.409	3.667	15.945
Otimista	859	4.459	3.552	3.499	3.931	16.299

Usinas Termelétricas (UTE)*						
Cenário	2013	2014	2015	2016	2017	Σ
Conservador	874	1.517	258	0	50	2.699
Otimista	1.011	1.517	1.075	0	60	3.663

Fontes Alternativas - PCHs, Biomassa e Eólica (F.A.)						
Cenário	2013	2014	2015	2016	2017	Σ
Conservador	787	3.093	674	39	0	4.593
Otimista	1.063	4.575	2.824	1.205	199	9.866

Somatório de UHE, UTE, F.A.						
Cenário	2013	2014	2015	2016	2017	Σ
Conservador	2.521	9.069	4.484	3.448	3.717	23.238
Otimista	2.933	10.550	7.451	4.704	4.189	29.828

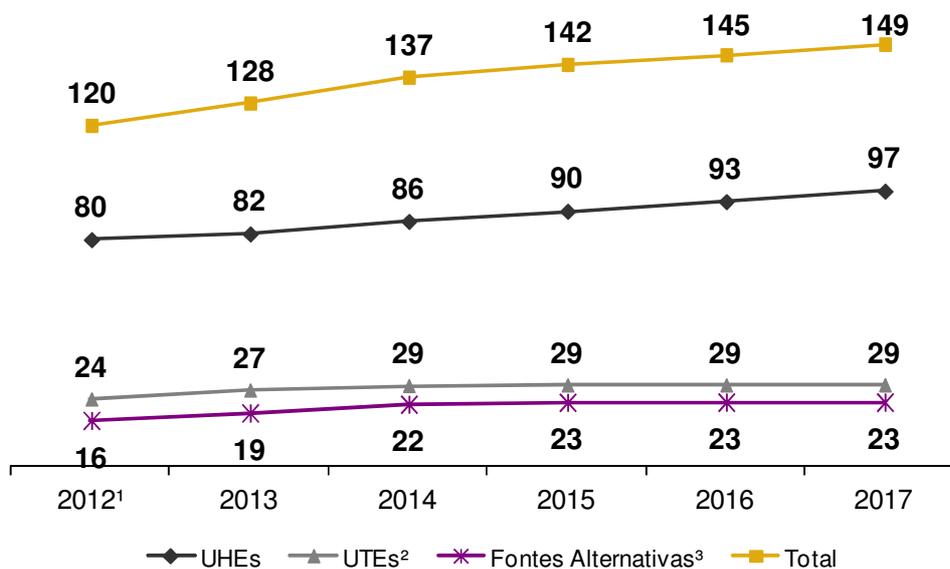
Fonte: Elaboração própria com dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL)
 Cenário conservador: considera somente as usinas sem restrições à entrada em operação
 Cenário otimista: considera as usinas sem restrições à entrada em operação e as usinas com impedimentos tais como licença ambiental não obtida, obra não iniciada e contrato de combustível indefinido.

*Inclui as participantes e as não-participantes do Programa Proritário de Termelétricas.

As estimativas divulgadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) indicam, no cenário conservador, aumento de 3,8% ao ano na capacidade total de geração elétrica do País, considerando o período entre 15 de outubro de 2013 e 31 de dezembro de 2017.

No cenário otimista, a previsão de expansão é de 29,8 mil MW no período 2013-2017. Nesse cenário, a taxa média de crescimento da capacidade instalada de geração elétrica seria de 4,9% ao ano.

Previsão da Capacidade Instalada* (GW) Cenário Conservador



Fonte: Elaboração própria com dados da Aneel.

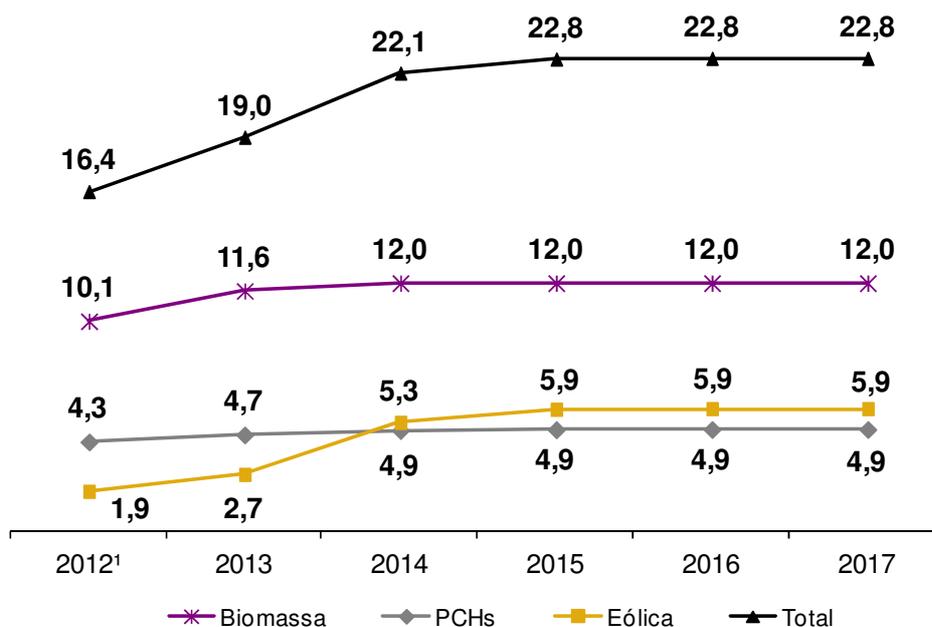
¹ Capacidade Instalada em 31/12/2012.

² UTEs movidas a carvão, gás natural, diesel e óleo combustível.

³ PCHs, UTEs movidas a biomassa e eólicas.

* Exclui Centrais Nucleares.

Previsão da Capacidade Instalada - Fontes Alternativas (GW) Cenário Conservador



Fonte: Elaboração própria com dados da Aneel.

¹ Capacidade Instalada em 31/12/2012.

Entre 2012 e 2017, no cenário conservador, estima-se o crescimento de 21% da capacidade instalada no Brasil de usinas hidrelétricas (UHEs). O crescimento da geração térmica (UTES), também no cenário conservador, deve ser de 21% no mesmo período. Em dezembro de 2012, a participação das UHEs foi de 66% na matriz elétrica nacional e deve cair para 65% até 2017. A participação na capacidade total instalada das UTES deve cair de 20% em 2012 para 19% em 2017.

A participação das usinas térmicas à biomassa deve permanecer em 8% e das pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) deve reduzir de 4% para 3% em 2017.

A previsão conservadora para a participação das usinas eólicas na capacidade total instalada, em 2017, passará de 2% para 4%.

A estimativa conservadora de crescimento da capacidade instalada de geração elétrica, em 2013, é superior à estimativa de crescimento do PIB elaborada pela CNI, respectivamente, 6,5% e 2,4%.

1.1.1. Geração Hidrelétrica e Termelétrica

A previsão otimista prevê a entrada em operação de 16,3 mil MW de UHEs até 2017. Das UHEs com previsão para entrar em operação até 2017, Cachoeira Caldeirão (AP) apresenta restrição de contratação de 219 MW e São Roque (SC) com restrição de contratação de 135 MW. No cenário conservador, 15,9 mil MW devem entrar em operação até 2017.

Em relação às termelétricas, prevê-se alta capacidade para entrada em operação no cenário otimista, de 3,7 mil MW até 2017, sendo que cerca de 2,7 mil MW (74%) não apresentam restrição ao andamento dos trabalhos.

A usina hidrelétrica de Santo Antonio conta com dezesseis unidades geradoras em operação comercial e nove em fase de comissionamento, com previsão de entrada em operação, de forma sequencial, nos próximos meses. A usina de Santo Antonio começou a ser construída em setembro de 2008 e o início da sua operação comercial ocorreu em março de 2012. As máquinas de Santo Antonio estão conectadas à Rede Elétrica Regional Acre/Rondônia através do sistema Back-to-Back da Subestação Coletora de Porto Velho, contando ainda com a alternativa de conexão através da subestação provisória de 465 MVA, implantada pela Santo Antonio Energia. Porém o despacho da usina de Santo Antonio está limitado à capacidade do sistema regional até a plena entrada em operação do Sistema de Transmissão do Madeira. Em setembro passado, após receber autorização da Aneel, a Santo Antonio Energia anunciou que ampliará a capacidade da usina em cerca de 417 MW (206,2 MW médios de garantia física). A aprovação da elevação da cota do reservatório em 80 cm viabilizou a implantação de 6 máquinas adicionais, com o mesmo conceito de turbinas tipo bulbo. Dessa forma, a usina passará a contar com o total de 50 unidades geradoras, com capacidade instalada total de 3.568 MW. Durante o comissionamento da unidade 18, em outubro, ocorreu um curto-circuito no cubículo do disjuntor do gerador e a queima de alguns equipamentos adjacentes ao cubículo. Esse incidente ocasionou a descontinuidade no comissionamento de 4 Unidades Geradoras da Ilha de Geração A. Devido a essa descontinuidade, mas principalmente em decorrência de restrições hidrológicas havidas no último período de seca, a Santo Antonio Energia deverá reprogramar a sequência de entrada em operação de suas máquinas, totalizando de 18 a 22 unidades produzindo energia até o final deste mês de dezembro de 2013.

A usina de Jirau, também no rio Madeira, colocou a primeira unidade em operação comercial em setembro de 2013. A energia gerada por esta primeira máquina, de fornecimento chinês, ainda está toda direcionada ao sistema local Acre-Rondônia. O comissionamento da segunda Unidade Geradora de Jirau já foi iniciado. A conexão definitiva das usinas do Madeira ao sistema interligado nacional, no Subsistema Sudeste/Centro-Oeste, dependerá da entrada em operação do primeiro bipolo do Sistema de Transmissão do Madeira, em extra alta tensão. A linha de transmissão em corrente contínua em 600 kV, que faz parte do Sistema de Transmissão do Madeira, está em fase final de testes e comissionamento. A conclusão do comissionamento das Subestações Conversoras de Porto Velho 1 e Araraquara 1 ocorrerá junto com a da linha.

1.1.2. Geração a partir de Fontes Alternativas

No cenário conservador, a contribuição das PCHs deverá ser de 366 MW de potência adicional até 2017. Já no cenário otimista, até 2017, devem entrar em operação um total de 1,0 mil MW. As três pequenas centrais hidrelétricas integrantes do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA) não têm previsão para a contratação dos 32 MW.

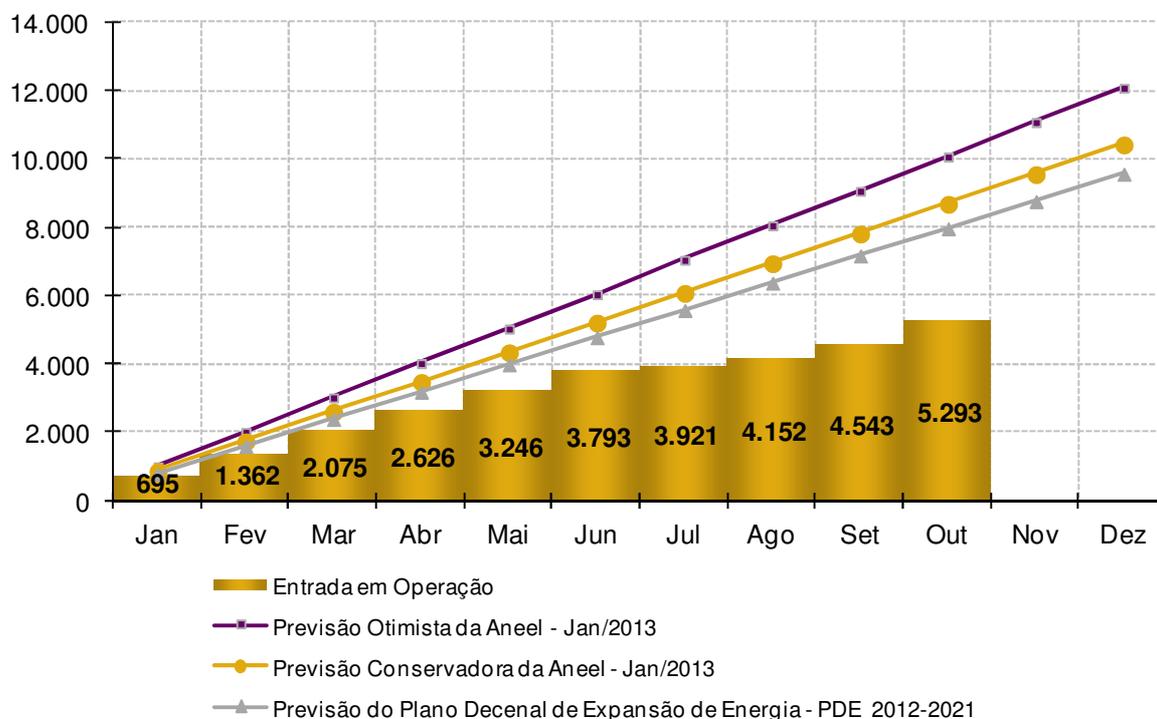
As usinas a biomassa devem acrescentar, no cenário conservador, 513 MW até 2017. No cenário otimista, a contribuição adicional total dessa fonte pode chegar a 1,6 mil MW para o mesmo período. As seis usinas a biomassa integrantes do PROINFA não têm previsão para entrada em operação.

Apesar da alta capacidade prevista para entrada em operação de eólicas no cenário otimista de 7,2 mil MW, apenas 51% da potência (3,7 MW) não apresenta restrições para entrada em operação até 2017.

1.1.3. Expansão da Capacidade de Geração

O gráfico apresentado a seguir ilustra os acréscimos mensais de capacidade geradora no sistema interligado nacional. As linhas representam uma média teórica de entrada uniforme de capacidade geradora para que a previsão seja atingida.

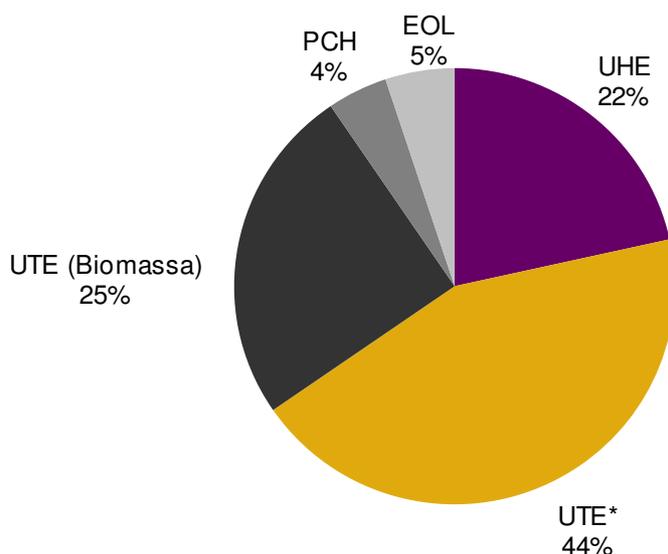
Expansão da Capacidade de Geração em 2013 (MW)
De 1º de janeiro a 15 de outubro de 2013



Fonte: Elaboração própria com dados da ANEEL e da EPE.

Em 2013, até 15 de outubro, entraram em operação 5,3 mil MW. Desse total, as UTEs representaram 44% da potência total que entrou em operação. As UTEs de Biomassa representaram 25% da potência total instalada, as UHEs representaram 22%, as PCH e as EOL representaram, respectivamente, 4% e 5% da capacidade instalada no período.

Distribuição da Capacidade Instalada por Tipo de Usina (%) De 1º de janeiro a 15 de outubro de 2013



Fonte: Elaboração própria com dados da ANEEL.

* Inclui UTEs a óleo combustível, óleo diesel, gás natural e carvão.

1.2. Consumo de Energia Elétrica (EPE)

O mercado nacional de fornecimento de energia elétrica a consumidores livres e cativos atingiu, em outubro de 2013, 39.443 GWh, apresentando um valor 4% superior ao observado em outubro de 2012 e um valor 3% superior no acumulado do ano.

O consumo industrial de energia elétrica foi de 15.766 GWh, valor 1% superior ao observado no mesmo mês de 2012. No acumulado do ano, o consumo foi similar ao observado no mesmo período do ano anterior. O consumo industrial de energia elétrica representou 40% do total fornecido a consumidores livres e cativos em outubro de 2013.

De acordo com a EPE, o comportamento do consumo de energia elétrica em outubro se contrapõe às retrações que vêm ocorrendo há alguns meses. Alguns setores industriais eletrointensivos ainda permanecem com consumo de energia elétrica abaixo do usual. É o caso do setor de extração de minerais metálicos e, na metalurgia, produção de alumínio e de algumas ferroligas.

Consumo de Energia Elétrica por Classe (GWh)

Classe	Outubro 2012	Outubro 2013	Var. %	Jan-Out 2012	Jan-Out 2013	Var. %
Residencial	9.775	10.533	8	97.240	103.521	6
Industrial	15.534	15.766	1	153.123	153.214	0
Comercial	6.592	7.078	7	65.131	68.733	6
Outras	5.863	6.066	3	56.228	58.310	4
Total	37.764	39.443	4	371.722	383.778	3

Fonte: Elaboração própria com dados da EPE.

2. Petróleo

2.1. Produção, Comércio Exterior e Processamento de Petróleo (ANP)

Até o fechamento desta edição a ANP não havia atualizados os dados referentes a produção, comércio exterior e processamento de petróleo. Seguem as últimas informações disponíveis.

A produção nacional de petróleo, no mês de setembro de 2013, foi de 65 milhões de barris equivalentes de petróleo (bep), volume 9% maior do que o produzido no mesmo mês do ano anterior. No acumulado do ano, a produção de petróleo foi 3% inferior.

O grau API médio do petróleo produzido em agosto de 2013 foi de aproximadamente 24,5°, sendo que 9,4% da produção foi considerada óleo leve (maior ou igual a 31°API), 63,6% foi considerada óleo médio (entre 22°API e 31°API) e 27% foi considerado óleo pesado (menor que 22°API).

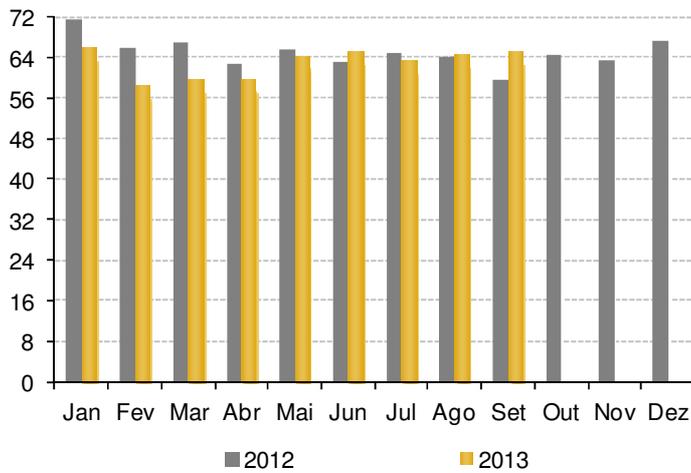
O volume correspondente ao processamento de petróleo nas refinarias nacionais, em setembro de 2013, foi de 60 milhões de bep. Esse volume foi 1% inferior ao observado em setembro de 2012. No acumulado do ano, o processamento foi 8% superior.

De acordo com a ANP, em setembro de 2013, cerca de 92% da produção de petróleo do Brasil foi extraída de campos marítimos.

O volume de petróleo exportado pelo País, em setembro de 2013, foi de 17 milhões de bep, valor 4,5% superior ao exportado em setembro de 2012. No acumulado do ano, a queda foi de 40%. De acordo com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), os motivos para o recuo das vendas externas do petróleo são queda na produção e aumento do consumo interno do produto.

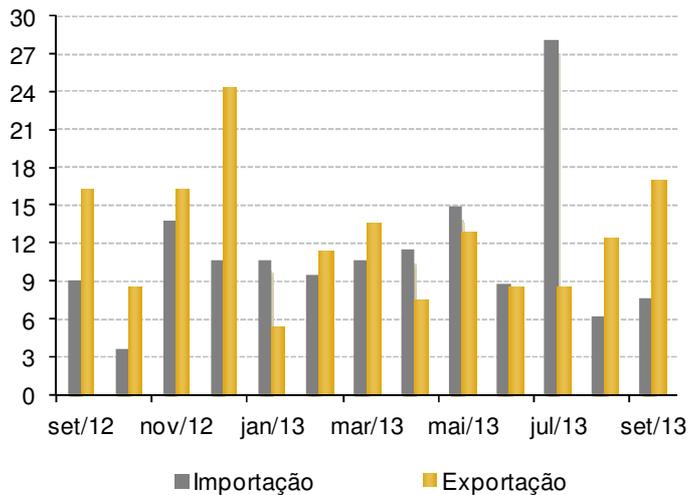
O preço médio do petróleo importado pelo País, em setembro de 2013, foi de US\$ 117,28/barril, valor 5,4% superior ao observado em setembro de 2012.

Produção Nacional de Petróleo (milhões bep)



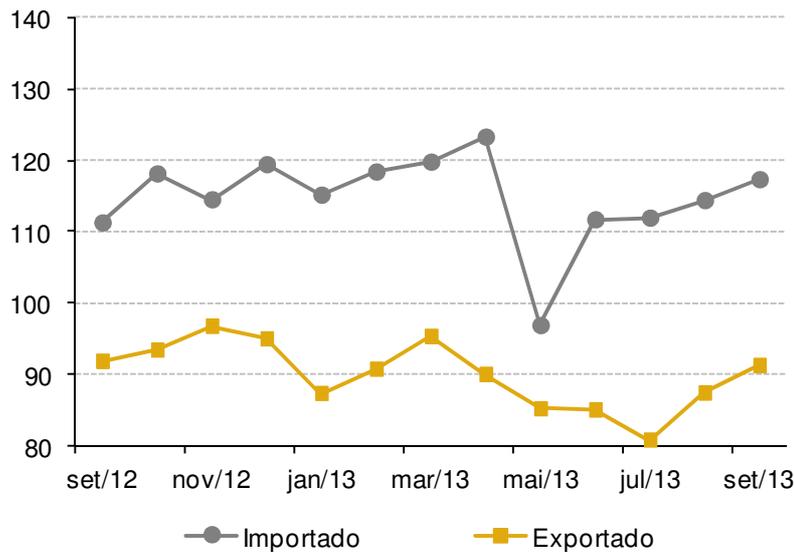
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Importação vs. Exportação de Petróleo (milhões bep)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Preço Médio do Petróleo Importado e Exportado (US\$ FOB/barril)



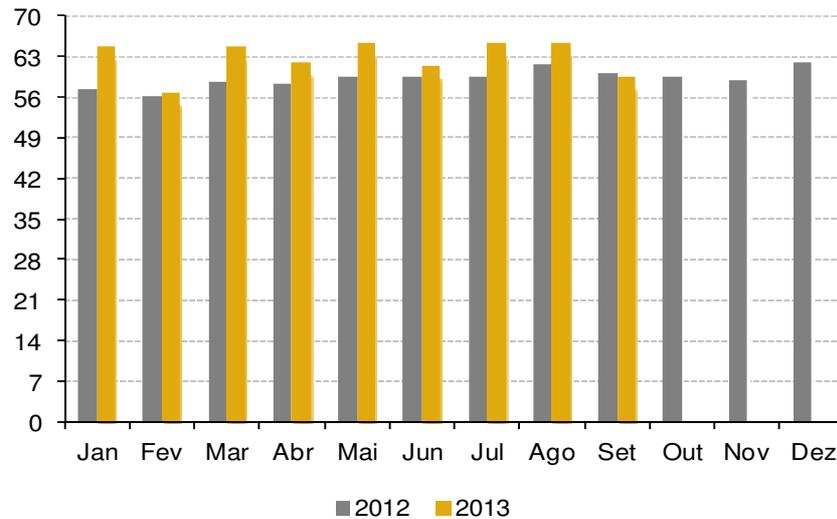
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

2.2. Produção e Comércio Exterior de Combustíveis Derivados de Petróleo (ANP)

Até o fechamento desta edição a ANP não havia atualizados os dados referentes a produção, comércio exterior de combustíveis derivados de petróleo. Seguem as últimas informações disponíveis.

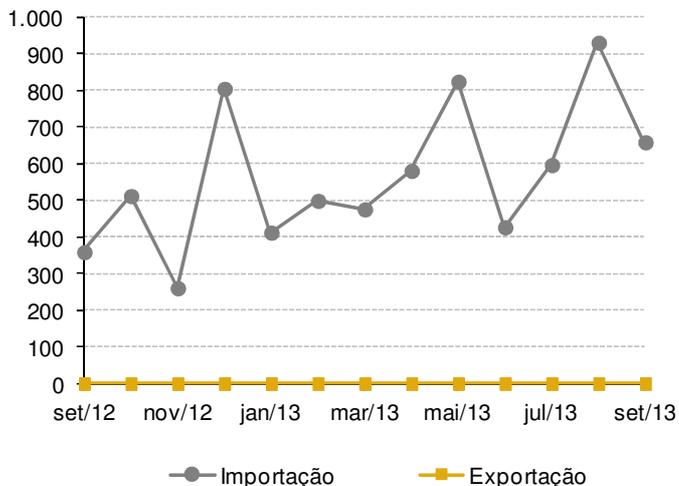
Em setembro de 2013, a produção nacional de derivados de petróleo foi de 59 milhões bep (1 bep equivale a 0,15 m³), volume 1% inferior ao produzido em setembro de 2012. No acumulado do ano, o crescimento foi de 6%.

Produção de Derivados de Petróleo (milhões bep)



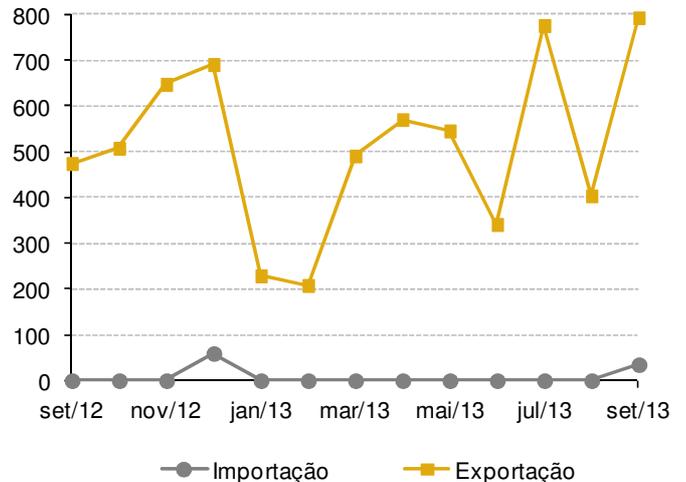
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Importação e Exportação de Nafta (mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Importação e Exportação de Óleo Combustível (mil m³)

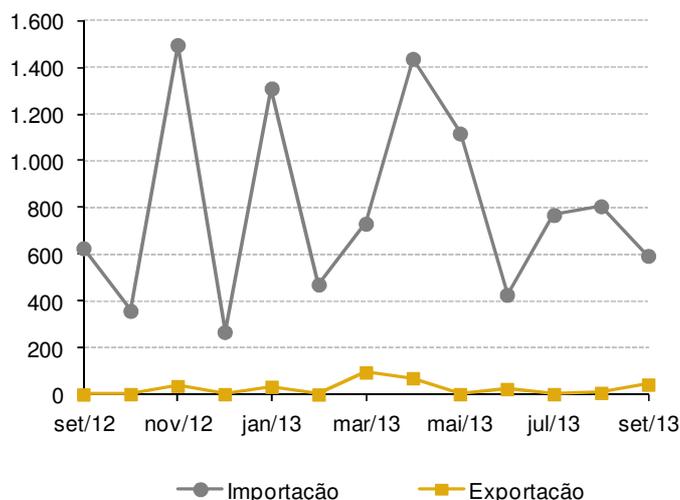


Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

A importação de derivados de petróleo, em setembro de 2013, foi de 12 milhões bep, valor 20% superior ao registrado em setembro do ano anterior. No acumulado do ano, a importação de derivados de petróleo apresentou um crescimento de 18%.

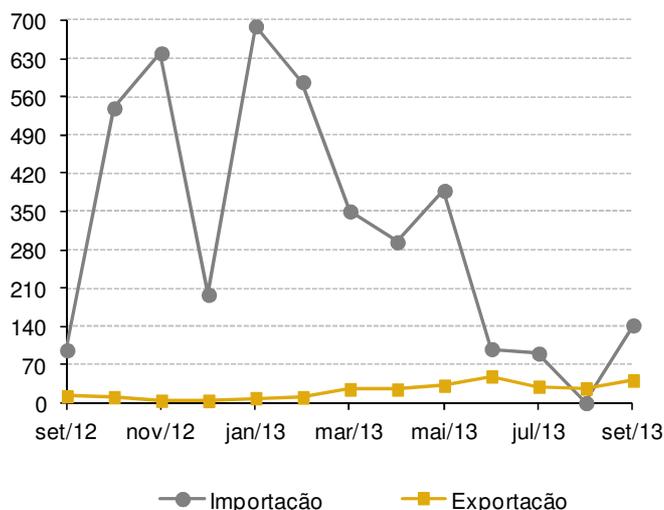
Com respeito à exportação de derivados de petróleo, em setembro de 2013, foi constatado um total de 11 milhões bep, o que representa um volume 56% superior ao mesmo mês de 2012. O volume foi 5% inferior na análise do acumulado do ano.

Importação e Exportação de Óleo Diesel (mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Importação e Exportação de Gasolina (mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

2.3. Dependência Externa (ANP).

Até o fechamento desta edição a ANP não havia atualizados os dados referentes a dependência externa de petróleo e derivados. Seguem as últimas informações disponíveis.

Em setembro de 2013, o Brasil registrou uma dependência externa de -14% na balança comercial de petróleo e derivados. Em outras palavras, a importação líquida de petróleo e derivados foi de -8 milhões de bep frente a um consumo aparente de 57 milhões de bep. Em setembro de 2012, a dependência externa foi de -7%. No acumulado do ano de 2013, foi observada uma dependência de 11%. No mesmo período do ano anterior, a dependência foi de -7%.

Dependência Externa de Petróleo e Derivados (milhões bep)

	Setembro/2012	Jan-Set/2012	Setembro/2013	Jan-Set/2013
Produção de Petróleo (a)	60	585	65	566
Imp. Líq. de Petróleo (b)	-7	-77	-9	10
Imp. Líq. de Derivados (c)	3	39	1	63
Consumo Aparente (d)=(a+b+c)	56	548	57	639
Dependência Externa (e)=(d-a)	-4	-38	-8	73
Dependência Externa (%) (e)/(d)	-7	-7	-14	11

Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

2.4. Balança Comercial (ANP).

Até o fechamento desta edição a ANP não havia atualizados os dados referentes a balança comercial. Seguem as últimas informações disponíveis de petróleo e derivados.

A balança comercial brasileira de petróleo e derivados, em setembro de 2013, apresentou saldo de US\$ 446 milhões FOB. Ou seja, o Brasil exportou US\$ 458 milhões FOB a mais do que importou. No mesmo mês do ano anterior, esse saldo havia sido positivo em US\$ 241 milhões FOB. No acumulado do ano, a balança comercial de petróleo e derivados apresentou saldo negativo de US\$ 11 bilhões FOB.

Balança Comercial de Petróleo e Derivados (milhão US\$ FOB)

	Setembro/2012	Jan-Set/2012	Setembro/2013	Jan-Set/2013
Petróleo				
Receita com exportação (a)	1.497	15.627	1.554	8.631
Dispêndio com importação (b)	998	10.200	884	12.164
Balança Comercial (c)=(a-b)	499	5.427	670	-3.533
Derivados				
Receita com exportação (d)	759	8.216	1.074	7.500
Dispêndio com importação (e)	1.017	13.050	1.298	14.894
Balança Comercial (f)=(d-e)	-257	-4.834	-223	-7.394
Petróleo e Derivados				
Receita Total com exportação (g)=(a+d)	2.256	23.842	2.628	16.131
Dispêndio Total com importação (h)=(b+e)	2.015	23.250	2.182	27.058
Balança Total (i)=(g)-(h)	241	593	446	-10.927

Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

3. Biocombustíveis

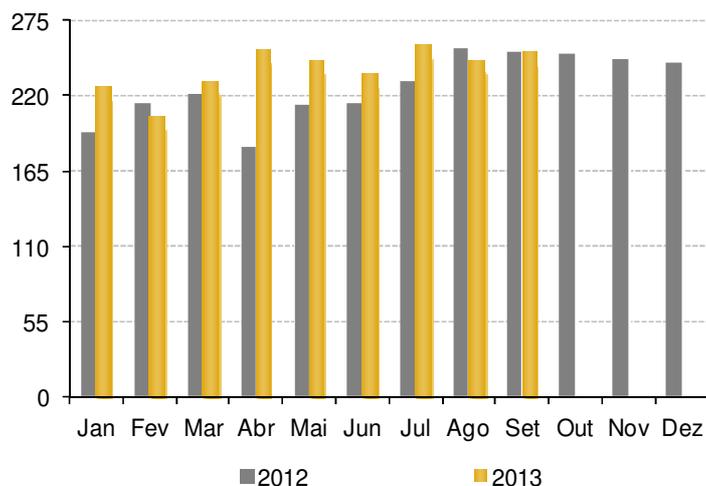
3.1. Produção de Biodiesel (ANP).

Até o fechamento desta edição a ANP não havia atualizados os dados referentes a produção de biodiesel. Seguem as últimas informações disponíveis.

A produção nacional de biodiesel, em setembro de 2013, foi de 253 mil m³, montante similar ao produzido em setembro de 2012. No acumulado do ano, a produção foi 9% superior.

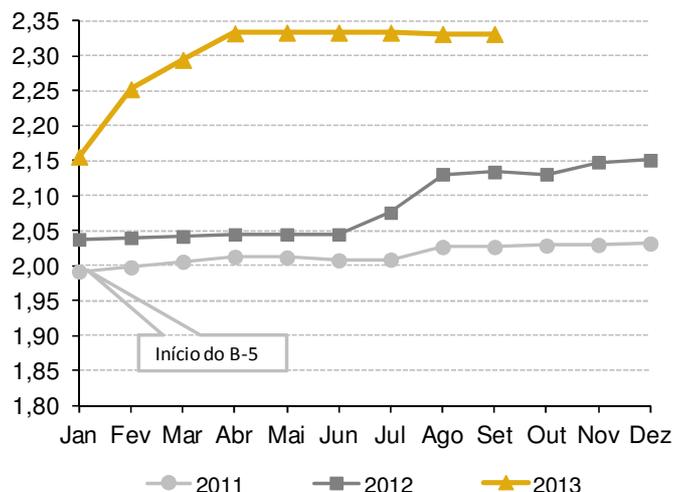
O preço do óleo diesel (misturado com biodiesel), em setembro de 2013, foi de R\$ 2,33/ℓ, valor 9% superior ao observado em setembro de 2012.

Produção de Biodiesel
(mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Preço ao Consumidor do Diesel B5
(R\$/ℓ)*



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

*B2,B3,B4,B5: respectivamente, 2%,3%,4%,5% de biodiesel no óleo diesel

3.2. Álcool

3.2.1. Produção de Álcool e Açúcar (MAPA)

A safra 2013/2014 produziu, até o dia 30 de setembro de 2013, 19.348 mil m³ de álcool, sendo 11.151 mil m³ referentes à produção de álcool etílico hidratado (58%). Em relação ao mesmo período da safra 2012/2013, houve um aumento de 17% na produção de álcool hidratado no mesmo período.

A produção total de álcool foi 23% superior em relação ao mesmo período da safra anterior, com aumento na produção do álcool anidro e álcool hidratado.

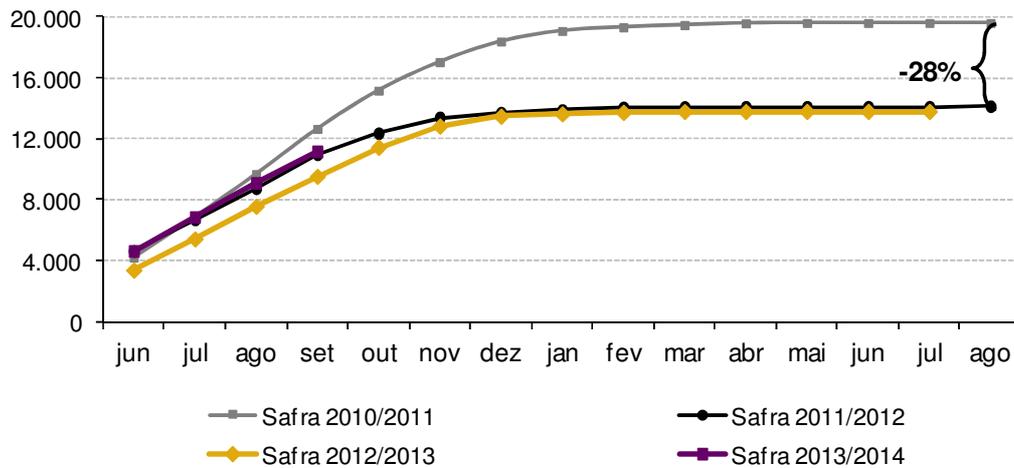
A produção de açúcar apresentou alta. Até 30 de setembro de 2013, produziu-se 25,3 milhões de toneladas de açúcar, volume 6% superior ao observado no mesmo período da safra 2012/2013.

Produção de Álcool e Açúcar - Valores Acumulados

	Safra 2012/2013 (até 30 de setembro de 2012)	Safra 2013/2014 (até 30 de setembro de 2013)	Variação (%)
Álcool Anidro (mil m ³)	6.220	8.198	32
Álcool Hidratado (mil m ³)	9.511	11.151	17
Total Álcool (mil m³)	15.731	19.348	23
Açúcar (mil ton)	23.830	25.329	6

Fonte: Elaboração própria com dados do MAPA.

Produção de Álcool Etílico Hidratado (mil m³)



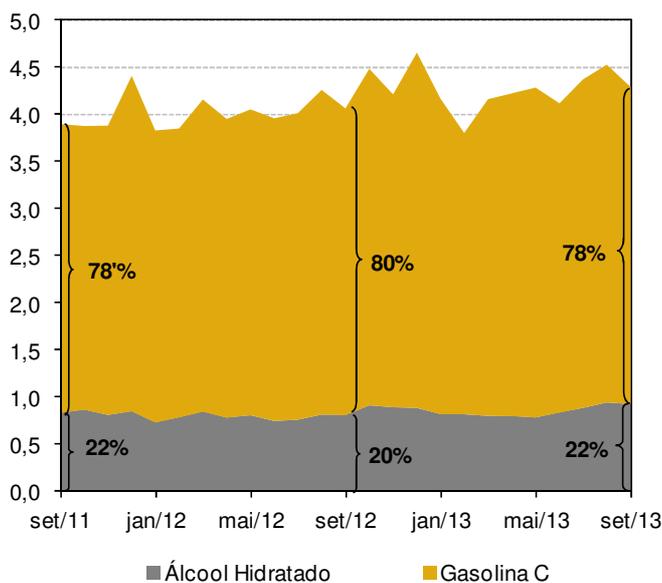
Fonte: Elaboração própria com dados do MAPA.

3.2.2. Vendas de Álcool Etílico Hidratado (ANP)

As vendas de álcool etílico hidratado foram de 933 mil m³ em setembro de 2013. Esse número representa um aumento de 14% em relação ao volume vendido em setembro de 2012. No acumulado do ano, as vendas foram 7% superiores às ocorridas no mesmo período do ano anterior.

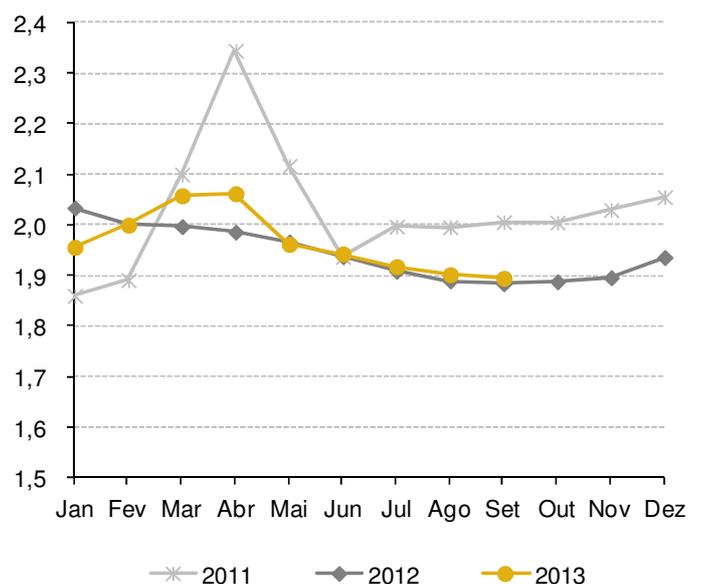
Em setembro de 2013, o preço médio ao consumidor do álcool etílico hidratado foi de R\$ 1,90/ℓ, valor 1% superior ao registrado em setembro de 2012.

Vendas de Álcool Etílico Hidratado e Gasolina C¹ (milhão m³)



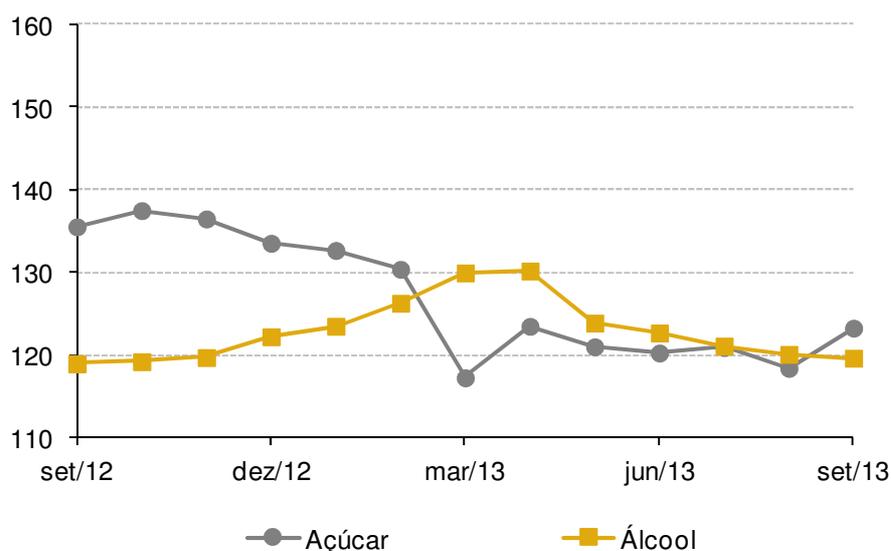
¹Gasolina C: Gasolina A + percentual de Álcool Anidro.
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Preço ao Consumidor do Álcool Etílico Hidratado (R\$/ℓ)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Índice de Preço do Açúcar* e do Alcool Etílico Hidratado (jan/07 = 100)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP e da ESALQ/USP.

* Foi considerado o preço do açúcar cristal observado no Estado de São Paulo, no 1º dia útil de cada mês, divulgado pela ESALQ/USP.

4. Gás Natural

4.1. Produção, Importação e Oferta Interna de Gás Natural (ANP)

Até o fechamento desta edição a ANP não havia atualizados os dados referentes a produção, importação e oferta interna de gás natural. Seguem as últimas informações disponíveis.

A produção nacional diária média de gás natural, em setembro de 2013, foi de 78.144 mil m³, representando um aumento de 9% comparado à média verificada em setembro de 2012. No acumulado do ano, a produção de gás natural foi 11% superior.

A importação de gás natural realizada pelo País, em setembro de 2013, foi de 46.891 mil m³/dia. A oferta total líquida desse energético, descontando o gás natural queimado, perdido, reinjetado e consumido nas unidades de exploração e produção, naquele mês, foi de 99.810 mil m³/dia. Este montante é 12% superior ao observado em setembro de 2012. No acumulado do ano, a oferta total do gás natural foi 27% superior.

A proporção de gás natural queimado, perdido, reinjetado e consumido nas unidades de exploração e produção (E&P) foi de 32% em setembro de 2013. Em setembro de 2012, essa proporção havia sido de 34%.

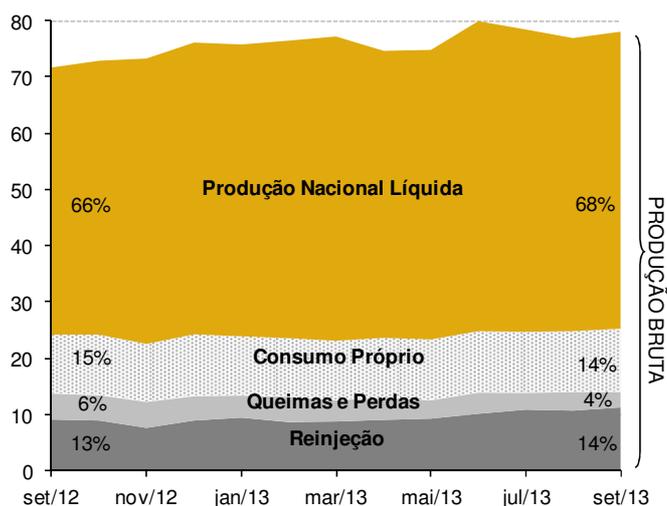
Balço do Gás Natural no Brasil (mil m³/dia)

	Média em Setembro/2012	Média do período Jan-Set/2012	Média em Setembro/2013	Média do período Jan-Set/2013
Produção Nacional¹	71.743	69.629	78.144	76.979
- Rejeição	9.151	10.094	11.287	9.837
- Queimas e Perdas	4.561	3.789	2.733	3.535
- Consumo Próprio	10.463	10.587	11.204	10.733
= Produção Nac. Líquida	47.569	45.159	52.919	52.874
+ Importação	41.725	33.053	46.891	46.706
= Oferta	89.294	78.212	99.810	99.580

¹Não inclui Gás Natural Liquefeito.

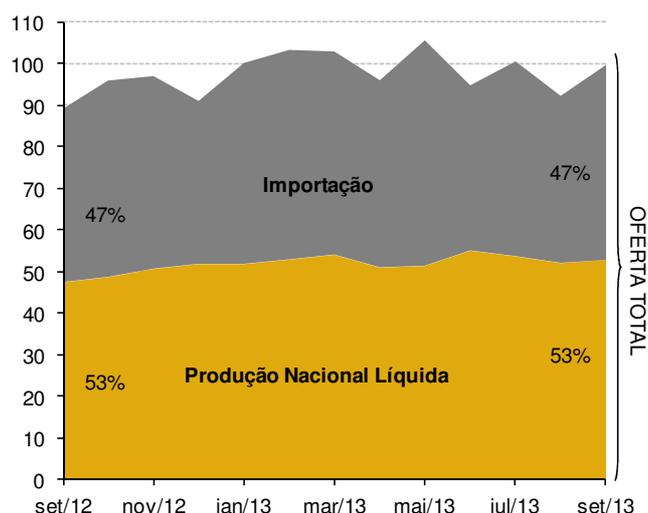
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Produção Nacional Bruta de Gás Natural (milhão m³/dia)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Oferta Total de Gás Natural (milhão m³/dia)

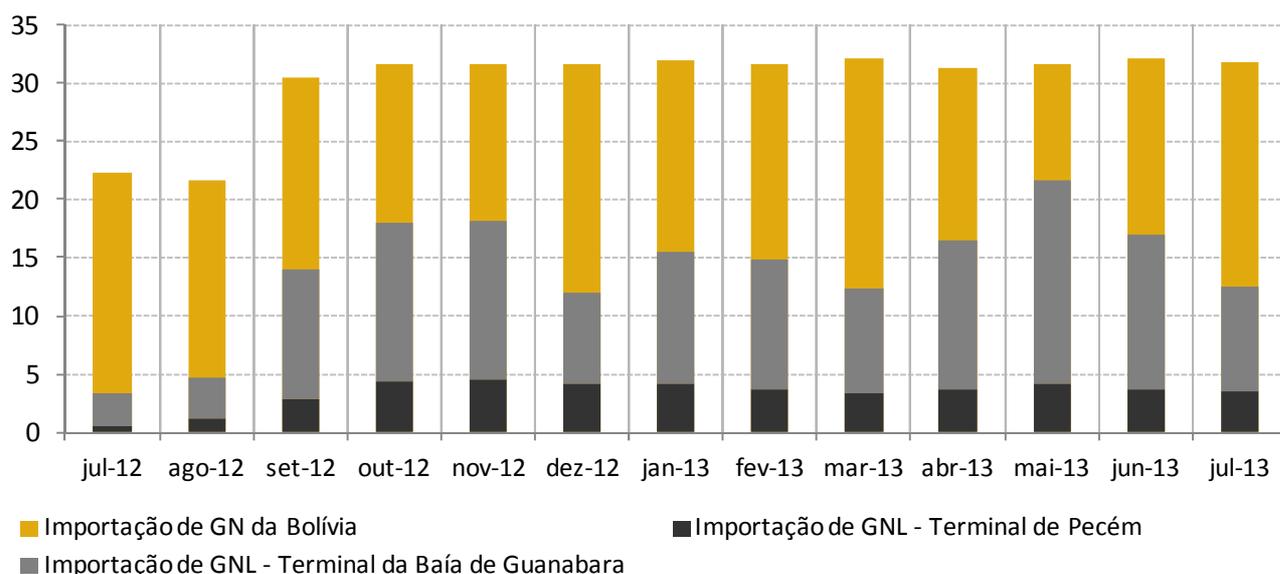


Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

4.2. Importação Média de Gás Natural (MME)

A importação média de Gás Natural da Bolívia, em julho de 2013, foi de 32 milhões de m³/dia, volume 43% superior ao observado no mesmo mês de 2012. No acumulado do ano, a importação média foi de 32 milhões de m³/dia, volume 21% superior ao importado no mesmo período de 2012. Em julho de 2013, a importação média de Gás Natural Liquefeito (GNL) totalizou 13 milhões m³/dia, quatro vezes o montante observado em julho de 2012. De janeiro a julho de 2013, a importação média de GNL foi de 16 milhões m³/dia. No mesmo período de 2012, a importação média havia sido um terço da observada em 2013.

Importação de Gás Natural (milhões m³/dia)



Fonte: Elaboração própria com dados do Ministério de Minas e Energia.

4.3. Consumo de Gás Natural (ABEGÁS)

Até o fechamento desta edição a ABEGÁS não havia atualizados os dados referentes ao consumo de gás natural. Seguem as últimas informações disponíveis.

O consumo de gás no País em setembro de 2013 foi, em média, de 62 milhões de m³/dia. Essa média é 2% inferior ao volume médio diário consumido em setembro de 2012. No acumulado do ano, o consumo apresentou crescimento de 31%.

O setor industrial, em setembro de 2013, consumiu 29 milhões de m³/dia de gás natural, sendo 2% inferior ao mesmo mês do ano anterior. No acumulado do ano, o consumo industrial apresentou queda de 2%.

Consumo de Gás Natural por Segmento

	Médio (mil m ³ /dia)		Variação %	
	Setembro/2013	Jan-Set/2013	Set-2013/ Set-2012	Acumulado do Ano
Industrial	28.752	28.214	-2	-2
Automotivo	5.165	5.088	-5	-4
Residencial	1.140	995	13	8
Comercial	770	736	2	3
Geração Elétrica	22.082	27.050	7	121
Co-geração*	2.465	2.498	-12	-17
Outros	2.109	3.874	-44	180
Total	62.483	68.455	-2	31

*O segmento co-geração contempla os consumos de co-geração industrial e co-geração comercial.

Fonte: Elaboração própria com dados da Abegás.

A manutenção do despacho das térmicas a gás para assegurar o suprimento de energia elétrica do País ancorou o aumento do consumo de gás natural no período. As térmicas utilizaram, em média, 27,1 milhões de metros cúbicos por dia de janeiro a setembro de 2013, volume 121% superior em relação ao mesmo período do ano anterior.

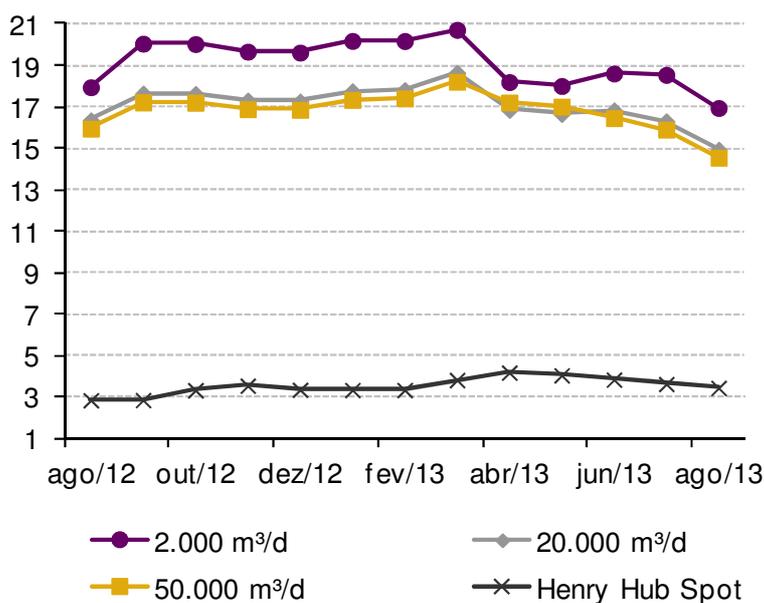
O setor da indústria foi responsável por 46% do consumo de gás natural em setembro de 2013. O setor foi seguido pela geração elétrica, responsável por 35% do volume total de gás consumido no mesmo mês.

4.4. Preço do Gás Natural (MME).

O preço médio do gás natural ao consumidor industrial, em agosto de 2013, foi de US\$ 15,47/MMBTU, valor 8% inferior ao apresentado em agosto de 2012 (US\$ 16,75/MMBTU). Esse valor inclui impostos e custos de transporte.

Em agosto de 2013, o preço médio do gás natural no mercado spot Henry Hub foi de US\$ 3,43/MMBTU, valor 21% superior ao apresentado em agosto de 2012 (US\$ 2,984/MMBTU). Esse preço não inclui impostos, transporte nem margem do distribuidor e é estabelecido nos dias úteis em negociações para entrega do dia seguinte.

Preço Médio do Gás Natural: Consumidor Industrial¹ e do Mercado Spot Henry Hub² (US\$/MMBtu)



Fonte: Elaboração própria com dados do Ministério de Minas e Energia e do Governo de Nebraska (EUA).

¹ Preço com impostos e custo de transporte. Média mensal.

² Preço sem impostos e custo de transporte. Média ponderada mensal das cotações diárias.

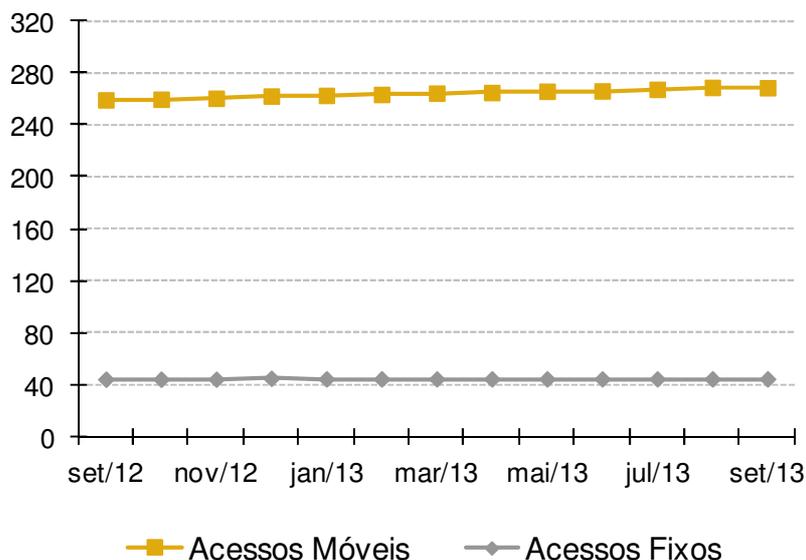
5. Telecomunicações

5.1. Indicadores do Serviço de Telefonia Fixa Comutada e Acessos Móveis (ANATEL)

Em setembro de 2013, o número de acessos móveis em operação foi de 268 milhões, montante 4% superior ao mesmo mês do ano anterior. O crescimento da quantidade de acessos nos últimos 12 meses tem sido de aproximadamente 0,3% ao mês.

Desde dezembro de 2008, os acessos fixos apresentam tendência de estagnação. Em setembro de 2013, o número de acessos fixos foi de 44,4 milhões, valor próximo ao averiguado em setembro de 2012.

Evolução dos Acessos Móveis e Fixos em Operação (milhão)



Fonte: Elaboração própria com dados da Anatel.

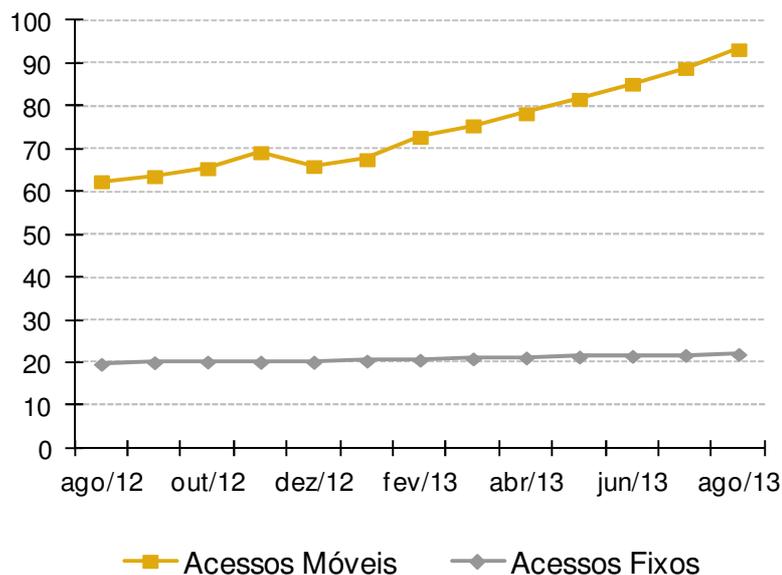
5.2. Serviços Contratados Ativos de Internet Móvel e Fixa (ANATEL)

Até fechamento desta edição, a ANATEL não havia atualizado os dados referentes aos serviços contratados ativos de internet móvel e fixa. Seguem as últimas informações disponíveis.

O número total de acessos de internet móvel ativos comercializados em agosto de 2013 foi de 93,3 milhões, montante 49% superior ao observado no mesmo período de 2012. Em relação a julho de 2013, os acessos de internet móvel foram 5% superiores. Uma pequena parcela desse crescimento se deve à entrada dos dados da rede LTE (4G) que passou a operar desde o início de maio.

Os acessos totais de internet fixa vêm crescendo em ritmo inferior ao observado nos últimos meses. Houve no mês de agosto de 2013, um crescimento de 12% em relação ao mesmo mês do ano anterior. Em relação a julho de 2013, os acessos a internet fixa foram 1% superiores.

Evolução do Total de Acessos ativos de Internet Móvel¹ e Fixa² (milhão)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANATEL

¹ WCDMA, LTE, M2M e Banda Larga Móvel

² Serviço de Comunicação Multimídia (SCM)

6. Transportes

6.1. Portos Selecionados e Terminais de Uso Privativo (ANTAQ)

Em setembro de 2013, a movimentação de granel sólido nos portos públicos e nos terminais de uso privativo (TUPs) teve um aumento de 5% em relação a setembro de 2012, e a movimentação de granel líquido não apresentou variação em relação ao mesmo mês do ano anterior.

A movimentação total de cargas nos portos públicos e TUPs, em setembro de 2013, foi 4% superior em relação ao mesmo mês do ano anterior.

Em setembro de 2013, os TUPs representaram 68% da movimentação total de carga nos portos e terminais. A movimentação total nos TUPs foi de 49.556 mil toneladas, volume 3% superior ao de setembro de 2012. Os portos públicos movimentaram 23.596 mil toneladas em setembro de 2013, volume 7% superior em comparação com mesmo mês do ano anterior.

A quantidade de contêineres movimentados em todos os portos organizados e terminais privados do País em setembro de 2013 foi de 706 mil TEUs (twenty-foot equivalent unit), montante 2% inferior em relação ao mesmo mês do ano anterior.

Movimentação Total de Cargas – por natureza* (mil t)

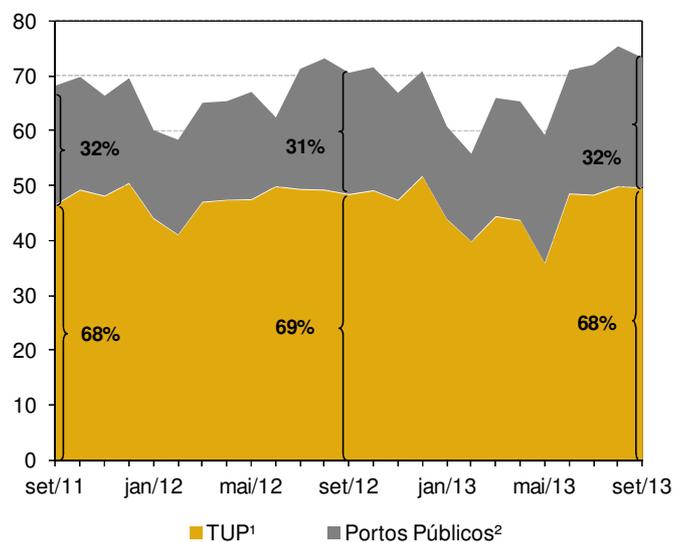
	Período		Varição %
	Set/2012	Set/2013	Set-2013 / Set-2012
Granel Sólido (a)	48.906	51.550	5%
<i>Portos Públicos</i>	16.979	18.023	6%
<i>TUPs</i>	31.927	33.527	5%
Granel Líquido (b)	17.879	17.801	0%
<i>Portos Públicos</i>	4.015	4.415	10%
<i>TUPs</i>	13.864	13.385	-3%
Carga Geral Solta (c)	3.675	3.801	3%
<i>Portos Públicos</i>	1.122	1.157	3%
<i>TUPs</i>	2.553	2.644	4%
Total (a+b+c)	70.460	73.152	4%
<i>Portos Públicos</i>	22.116	23.596	7%
<i>TUPs</i>	48.344	49.556	3%

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais da ANTAQ. Dados sujeitos a alteração.

* Terminais de uso privativo (96 instalações)

Portos públicos (33 instalações)

Movimentação Total de Cargas (milhões t)

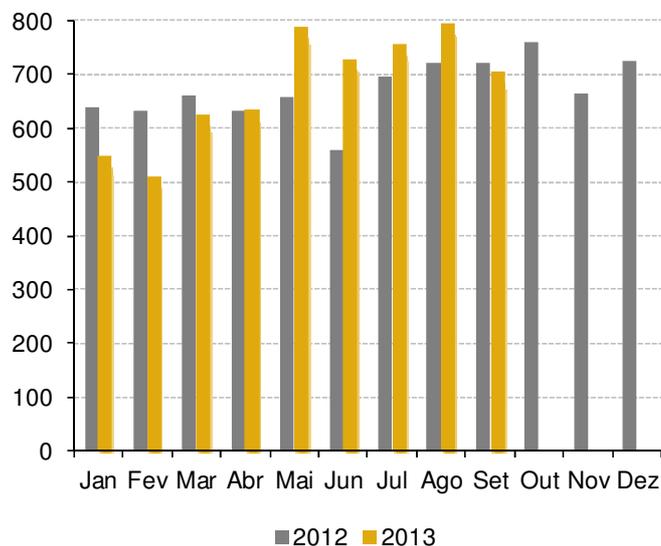


Fonte: Sistema de Informações Gerenciais da ANTAQ. Dados sujeitos a alteração.

¹ Terminais de uso privativo (97 instalações)

² Portos públicos (32 instalações)

Movimentação Total de Contêineres* (milhões TEUs)



Fonte: Sistema de Informações Gerenciais da ANTAQ. Dados sujeitos a alteração.

¹ Terminais de uso privativo (97 instalações)

² Portos públicos (32 instalações)

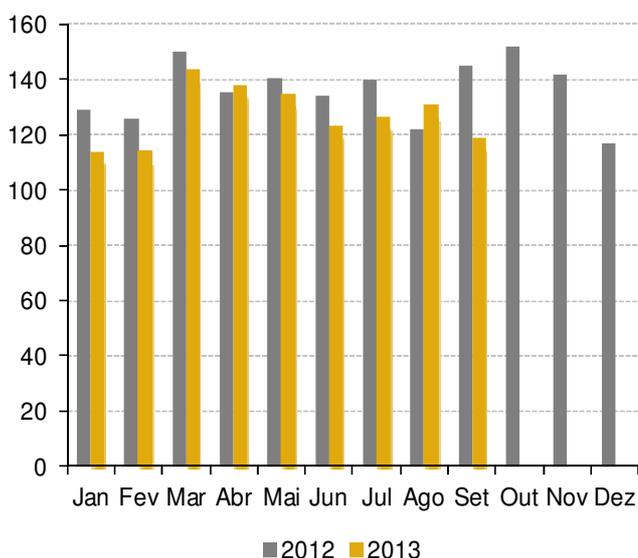
6.2. Transporte Aéreo (INFRAERO)

Devido às concessões dos aeroportos a Infraero reformulou a metodologia de coleta de dados. Seguem as informações referentes a Infraero Cargo junto às informações disponibilizadas pelas concessionárias dos aeroportos de Guarulhos, Campinas e Brasília.

Em setembro de 2013, 16,1 milhões de passageiros transitaram pelos principais aeroportos brasileiros, volume igual ao ocorrido no mesmo mês de 2012.

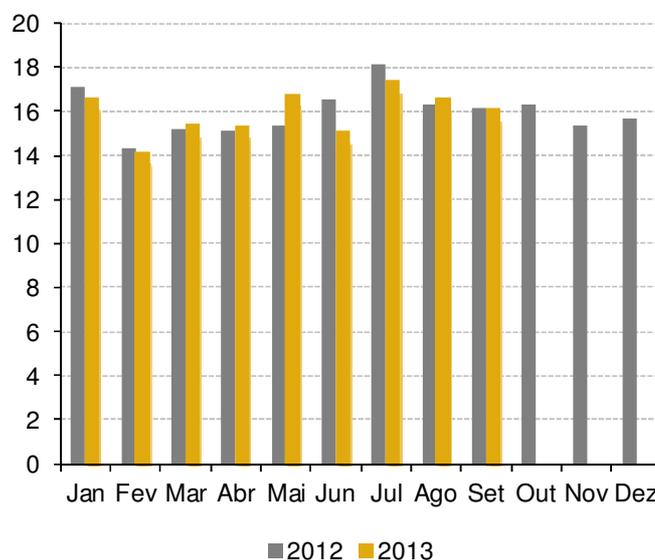
A movimentação de carga aérea total no País, em setembro de 2013, foi de 119 mil toneladas, montante 18% inferior ao averiguado no mesmo mês do ano anterior.

Movimentação mensal de Cargas
(mil toneladas)



Fonte: Elaboração própria com dados da Infraero Cargo

Movimentação mensal de Passageiros
(mil)



Fonte: Elaboração própria com dados da Infraero Cargo

6.3. Cargas Ferroviárias (ANTT)

Até o fechamento desta edição a ANTT não havia atualizados os dados referentes as cargas ferroviárias. Seguem as últimas informações disponíveis.

A movimentação de mercadorias nas ferrovias, de janeiro a agosto de 2013, foi de 304 milhões de toneladas úteis (TUs), valor 1% superior ao observado no mesmo intervalo de 2012. Nesse período, a movimentação de produção agrícola foi o setor que apresentou maior crescimento na movimentação de mercadorias transportadas por ferrovias (30%). O minério de ferro correspondeu a 77% do total movimentado entre janeiro e agosto de 2013.

Movimentação de Mercadorias nas Ferrovias – Jan-Ago

Ano	2013	2012	Variação (%)
Mercadoria	Jan-Ago (mil TU)	Jan-Ago (mil TU)	acum-13/ acum-12
Minério de Ferro	234.156	227.790	3
Soja e Farelo de Soja	17.484	18.821	-7
Produção Agrícola (exceto soja)	11.863	9.110	30
Indústria Siderúrgica	9.577	11.068	-13
Carvão/Coque	7.604	7.425	2
Combustíveis e Derivados de Petróleo e Álcool	6.128	6.531	-6
Grãos Minerais	5.155	6.255	-18
Extração Vegetal e Celulose	3.246	3.009	8
Aubos e Fertilizantes	2.890	3.667	-21
Indústria Cimenteira e Construção Civil	2.280	3.103	-27
Cimento	1.954	2.006	-3
Conteiner	1.915	1.631	17
Carga Geral - Não Containerizada	143	165	-13
Total	304.395	300.580	1

Fonte: Elaboração própria com dados da ANTT

6.4. Participação dos Modos de Transporte no Comércio Exterior (MDIC)

Em setembro de 2013, a movimentação total de exportação e importação realizada no Brasil foi de 63 milhões de toneladas, montante 9% superior ao averiguado em setembro do ano anterior. O modo marítimo continua apresentando a maior participação nas movimentações, com 94%.

Movimentação Total (exportação e importação) por modo

Modo	mil t		Variação %	
	Set/2013	Jan-Set/2013	Set-2013 / Set-2012	Acumulado do ano
Marítimo	59.413	494.480	8	6
Fluvial	1.449	12.410	103	23
Aéreo	105	1.005	6	-3
Ferrovário	54	454	7	0
Rodoviário	924	8.533	-3	6
Outros*	957	9.016	34	33
Total	62.902	525.897	9	6

Fonte: Elaboração própria com dados do MDIC.

*Linha de transmissão, tubo-conduto, postal, próprio, lacustre.

7. Investimentos Privados em Infraestrutura

7.1. Desembolsos do BNDES

Até o fechamento desta edição o Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES) não havia divulgado os dados referentes ao desembolso mensal em infraestrutura.

Segue as últimas informações disponíveis. Em julho de 2013, o desembolso total realizado pelo BNDES na área de infraestrutura (refino e álcool, energia elétrica e gás natural, saneamento, telecomunicações e transporte) foi de R\$ 4,3 bilhões, valor 27% inferior ao aportado em julho de 2012.

Desembolso mensal BNDES

Setor	Julho/2012	Julho/2013	Participação %
	R\$ milhão	R\$ milhão	
Refino e Álcool	3.334	487	11
Energia Elétrica e Gás Natural	674	865	20
Saneamento	61	102	2
Telecomunicações	199	209	5
Transporte	1.522	2.635	61
<i>Aéreo</i>	1	367	-
<i>Aquaviário</i>	95	93	-
<i>Terrestre</i>	1.426	2.175	-
Total Infraestrutura	5.791	4.299	100

Fonte: Elaboração própria com dados do BNDES.

8. Execução do Orçamento da União (SIAFI)

8.1. Orçamento Geral e de Investimentos da União (Tabela I)

A dotação total autorizada para o Orçamento da União de 2013 foi de, aproximadamente, R\$ 2,3 trilhões. Deste valor, aproximadamente R\$ 91 bilhões correspondem à alínea “investimentos”, o que representa 4% do orçamento total de 2013.

Entre os órgãos superiores, o Ministério dos Transportes detém o maior orçamento de investimentos, em valor absoluto, R\$ 15,5 bilhões o que representa 17% da sua dotação total.

Do orçamento de investimentos da União para 2013, foram empenhados R\$ 50 bilhões, o que representa 55% da dotação autorizada. Até o dia 27 de novembro, foram liquidados R\$ 14 bilhões e pagos do orçamento aproximadamente R\$ 11,9 bilhões. Já o pagamento total, incluindo os restos a pagar pagos no período, soma R\$ 39,9 bilhões.

8.2. Orçamento Geral e de Investimentos do Ministério dos Transportes (Tabelas I e II)

Do montante de R\$ 15,5 bilhões autorizados para os investimentos do Ministério dos Transportes em 2013, foram empenhados R\$ 11 bilhões (71% da dotação). Até o dia 27 de novembro, foram liquidados R\$ 2,9 bilhões e pagos do orçamento R\$ 2,2 bilhões. Já o pagamento total, incluindo os restos a pagar pagos no período, soma R\$ 8,0 bilhões.

Cerca de 80% dos recursos autorizados para investimentos do Ministério dos Transportes (R\$ 12,4 bilhões) estão destinados ao setor rodoviário. O restante está dividido entre os setores ferroviário (R\$ 2,1 bilhões, ou 14%), hidroviário (R\$ 288 milhões) e outros (R\$ 682 milhões).

8.3. Restos a Pagar – Orçamento de Investimentos (Tabela III)

O Ministério dos Transportes inscreveu, em 2013, cerca de R\$ 112 milhões em restos a pagar processados. A União inscreveu, aproximadamente, R\$ 4,7 bilhões de restos a pagar processados. Em relação aos restos a pagar não-processados, o Ministério dos Transportes tem R\$ 12,8 bilhões inscritos, enquanto a União tem R\$ 67,4 bilhões de restos a pagar não-processados inscritos para 2013.

Do volume total de restos a pagar inscritos pelo Ministério dos Transportes, 48% foram pagos até 27 de novembro (excluídos os cancelamentos). No caso da União, os pagamentos correspondem a 40% do total de restos a pagar inscritos.

9. Programa de Aceleração do Crescimento – PAC (SIAFI) (Tabela IV)

Para 2013, o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC apresenta dotação de R\$ 61,8 bilhões no orçamento da União, de acordo com o SIAFI. Desse total, foram alocados 28% no Ministério das Cidades (R\$ 17,3 bilhões) e 25% no Ministério dos Transportes (R\$ 15,2 bilhões), principais executores do chamado “PAC Orçamentário”, que considera somente os recursos do Orçamento Geral da União.

No âmbito do PAC, a União empenhou R\$ 47 bilhões (75% do orçamento autorizado) e liquidou R\$ 17 bilhões até 27 de novembro. O pagamento realizado foi de R\$ 15 bilhões. Os restos a pagar pagos somaram, aproximadamente, R\$ 24 bilhões. Restam R\$ 28 bilhões em restos a pagar não pagos nos projetos do PAC Orçamentário.

10. Execução do Orçamento das Estatais (MPOG) (Tabela V)

Em 2013, as empresas estatais e agências de fomento apresentaram dotação autorizada para investimentos no valor de R\$ 111 bilhões. Foram executados, até o quinto bimestre, investimentos no valor de R\$ 83 bilhões, equivalentes a 75% da dotação autorizada para 2013. Esse valor foi 14% superior ao desembolsado em 2012, no mesmo período.

Em relação às Estatais vinculadas ao Ministério de Minas e Energia, a dotação de investimentos para 2013 foi de R\$ 99,5 bilhões. As despesas totais realizadas foram de cerca de R\$ 78 bilhões, o que representa uma execução de 79% do autorizado e 94% do total executado.

Entre as empresas estatais, o Grupo Petrobras concentra 81% da dotação autorizada para as Estatais em 2013 e respondeu por 89% da despesa realizada até o quinto bimestre do ano, num total de R\$ 74 bilhões (execução de 83% de sua dotação).

ANEXOS

Tabela I - Execução Orçamentária da União - OGU 2013 Investimentos - Por Órgão Superior

Valores em final de período - atualizados até 27/11/2013*

R\$ milhão

Órgão Superior	Dotação Autorizada (a)	Empenho (b)	(b/a) %	Liquidação (c)	(c/a) %	Pagamento (d)	(d/a) %	Restos a Pagar pagos (e)	Total Pago (f=d+e)	RP a pagar
Presidência da República	1.537	210	14	35	2	34	2	148	182	596
MAPA	1.410	530	38	44	3	25	2	553	578	560
MCTI	1.603	691	43	273	17	250	16	474	724	609
MDIC	238	94	40	34	14	34	14	51	85	28
MME	215	86	40	19	9	19	9	46	65	10
M. Transportes	15.478	11.027	71	2.858	18	2.204	14	5.880	8.083	6.466
M. Comunicações	210	62	29	4	2	4	2	47	50	80
MMA	196	111	57	12	6	12	6	65	77	23
MDA	4.374	3.709	85	428	10	376	9	1.192	1.568	746
M. Defesa	9.805	7.627	78	3.713	38	3.506	36	4.147	7.653	2.915
M. Int. Nacional	7.925	4.563	58	1.582	20	1.526	19	2.300	3.826	3.402
M. das Cidades	9.444	4.263	45	452	5	447	5	2.514	2.961	9.777
Outros**	38.611	17.499	45	4.563	12	3.430	9	10.585	14.015	16.105
Total	91.046	50.472	55	14.017	15	11.866	13	28.001	39.867	41.319

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

** Inclui Câmara dos Deputados, Senado, TCU, STF, STJ, Justiça Federal, Justiça Militar, Justiça Eleitoral, Justiça do Trabalho, Justiça do DF e Territórios, Ministério Público da União, Ministério do Planejamento, Ministério da Fazenda, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, Ministério da Previdência Social, Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Saúde, Ministério do Trabalho e do Emprego, Ministério da Cultura, Ministério do Esporte, Ministério do Turismo, Ministério do Desenvolvimento Social.

Tabela II - Execução Orçamentária do Ministério dos Transportes – OGU 2013 Investimentos – Por Modalidade

Valores em final de período - atualizados até 27/11/2013*

R\$ milhão

Modalidade	Dotação Autorizada (a)	Empenho (b)	(b/a) %	Liquidação (c)	(c/a) %	Pagamento (d)	(d/a) %	Restos a Pagar pagos (e)	Total Pago (f=d+e)	RP a pagar
Ferrovário	2.143	1.417	66	751	35	578	27	1.093	1.671	887
Hidroviário	288	141	49	67	23	0	0	45	45	228
Rodoviário	12.365	9.154	74	1.972	16	1.566	13	6.071	7.637	5.024
Outros	682	294	43	68	10	60	9	295	355	327
Total	15.478	11.007	71	2.858	18	2.204	14	7.505	9.709	6.466

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

Valores menores que R\$ 1 milhão não estão descritos na tabela.

* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

Tabela III - Demonstrativo dos Restos a Pagar Inscritos em 2013

Restos a Pagar Processados

Valores em final de período - atualizados até 27/11/2013* R\$ milhão

Órgão	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
M. Transportes	112	-3	38	70
União	4.695	-627	1.284	2.784

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

Restos a Pagar Não-Processados

Valores em final de período - atualizados até 27/11/2013* R\$ milhão

Órgão	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
M. Transportes	12.765	-526	5.841	6.396
União	67.371	-2.120	26.717	38.534

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

Tabela IV - Execução Orçamentária da União - OGU 2013 PAC - Por Órgão Superior

Valores em final de período - atualizados até 27/11/2013*

R\$ milhão

Órgão Superior	Dotação Autorizada (a)	Empenho (b)	(b/a) %	Liquidação (c)	(c/a) %	Pagamento (d)	(d/a) %	Restos a Pagar pagos (e)	Total Pago (f=d+e)	RP a pagar
Presidência da República	3.246	1.889	58	1.262	39	1.261	39	923	2.184	397
M. Planejamento	8	1	9	1	7	0	6	0	1	0
MCTI	88	74	84	17	19	17	19	18	35	77
M. Fazenda	80	0	0	0	0	0	0	160	160	0
MEC	5.270	4.308	82	1.267	24	501	10	1.335	1.836	1.906
M. Minas e Energia	376	292	78	92	25	86	23	153	240	59
M. Saúde	2.805	1.287	46	706	25	2.238	80	866	3.104	2.465
M. Transportes	15.159	11.720	77	3.308	22	2.238	15	5.987	8.226	6.267
M. Cultura	831	385	46	90	11	89	11	145	235	142
M. Meio Ambiente	0	0	0	0	0	0	0	7	7	0
MDA	3.459	3.439	99	372	11	320	9	916	1.236	344
M. Defesa	4.207	4.338	103	2.339	56	2.193	52	1.946	4.139	2.010
M. Integr. Nacional	5.687	3.831	67	1.483	26	1.433	25	1.836	3.269	1.818
M. Turismo	697	697	100	0	0	0	0	0	0	0
M. Desenv. Social	823	330	40	61	7	61	7	298	359	7
M. Cidades	17.321	13.659	79	6.084	35	6.079	35	9.240	15.319	12.321
Total	61.844	46.663	75	17.093	28	14.924	24	23.854	38.778	27.813

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

Valores menores que R\$ 1 milhão não estão descritos na tabela.

* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

Tabela V - Orçamento de Investimentos – 2013 Estatais e Agências de Fomento

R\$ milhão

Por órgão: Ministérios	Dotação	Despesa realizada Até 5º bím.
Minas e Energia	99.544	78.337
Comunicações	1.400	469
Transportes ¹	0	0
Defesa	8	7
Outros	9.876	4.262
Total	110.829	83.075

¹Refere-se, apenas, à Cia Docas do Maranhão - CODOMAR

Por Subfunção	Dotação	Despesa realizada Até 5º bím.
Produção Industrial	3.285	1.426
Energia Elétrica	10.749	5.016
Combustíveis Minerais	76.965	67.149
Transporte Aéreo	1.462	1.060
Transporte Hidroviário	2.547	1.070
Transportes Especiais	4.630	2.475

Por Função	Dotação	Despesa realizada Até 5º bím.
Indústria	2.575	1.104
Comunicações	1.371	468
Energia	96.833	77.274
Transporte	3.493	1.534

Fonte: Portaria n.º 196/2013 do MPOG.

Por Unidade	Dotação	Despesa realizada Até 5º bím.
Grupo Eletrobrás	10.241	4.429
Grupo Petrobras	89.303	73.908
Cias DOCAS ²	1.640	361
Infraero	1.564	1.162

²Despesas alocadas na Secretaria de Portos

Documento elaborado com dados disponíveis até 4 de dezembro de 2013.